

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

1. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 O presente Termo de Referência tem por objetivo a **Contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho**, a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP para cada secretaria/ subsecretaria/ subprefeitura/ fundação / unidade / setor ou qualquer órgão sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, atendendo a todos os órgãos supracitados do Município de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	Requisitante:	Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão / Subsecretaria de Recursos Humanos / Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT.
1.3	Fundamentação Legal:	Pregão Eletrônico, Lei 14.133/21.
1.4	Período de execução:	12 (doze) meses.
1.5	Tipo:	Menor preço global nos termos da Lei Nº 14.133/21.

1.6 A contratação de serviço de elaboração Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade (LTIP) para cada secretaria/ subsecretaria/ subprefeitura/ fundação / unidade/ setor ou qualquer órgão sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	<p>Contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho para:</p> <ul style="list-style-type: none">- Elaboração de <u>Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT</u> da Prefeitura do Município de Nova Friburgo em atendimento à Lei Nº 8.213 de 24 julho de 1991 e demais atos legais e normativos vigentes;- Elaboração de <u>Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP</u> em atendimento à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT e Normas Regulamentadoras Nº 15 e Nº 16 do Ministério do Trabalho e Previdência. <p>CATSER: 17825</p>	SERVIÇO	01

1.7 O objeto desta contratação **não** se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746 de 2022.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 Trata-se da Contratação de empresa especializada para os serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), pormenorizado nos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo II) do presente processo. A contratação tem por objetivo atender às necessidades das Secretarias Municipais, Subprefeituras e demais órgãos da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo pelo período de 12 (doze) meses, para elaboração dos programas. Eventuais atualizações serão apontadas ao longo dos próximos anos.

2.2 A presente contratação tem por finalidade assegurar que a Prefeitura atue em conformidade com as Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, expedidas pela Portaria Nº 3.214, de 08 de junho de 1978 e Planos de Benefícios da Previdência Social de acordo com a Lei Nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

3.1 A solução foi analisada e se encontra pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo II), bem como no subitem 1.6 deste instrumento. Diante do objetivo a ser alcançado, que é a elaboração de Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), para cada secretaria/ subsecretaria/ subprefeitura/ fundação / unidade/ setor ou qualquer órgão sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, a opção mais adequada se encontra em se fazer por meio de **contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho**. Utilizando o critério de julgamento Pregão Eletrônico, menor preço global nos termos da Lei Nº 14.133/21, além de cumprir o dispositivo constitucional constante no art. 37, caput e inciso XXI da CF/88.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Trata-se da **contratação de empresa especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho**, a fim de elaborar Laudos Técnicos de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT) e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade (LTIP), pelo período de 12 (doze) meses, para cada secretaria/ subsecretaria/ subprefeitura/ fundação / unidade / setor ou qualquer órgão sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo;

4.2 A aquisição dos serviços a serem executados, conforme item **1.1**, será orientada por requisitos como: nível de qualidade do serviço e requisitos de capacitação, requisitos sociais, requisitos legais e critérios de sustentabilidade;

4.3 Os serviços deverão ser executados por profissionais capacitados e qualificados, cuja comprovação da qualificação técnica poderá ser verificada pela CONTRATANTE, durante a vigência do contrato, mediante a apresentação de certificados de conclusão de treinamentos, que comprovem a aptidão para a execução dos serviços, pertinente e compatível com o objeto deste Termo;

4.3.1 A CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estimadas, promovendo sua substituição quando necessário, para perfeita execução dos serviços;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

4.3.2 A CONTRATADA deverá apresentar comprovação(ões)/atestado(s), declaração(ões), nota(s) fiscal(is), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, em nome da mesma que comprove a execução de contrato(s) de serviço(s) similar(res), ou catálogo(s)/manual(is)/folder(s) de todos os serviços ofertados;

4.4 Compete à CONTRATADA, no que couber, atender aos seguintes requisitos sociais:

- a) Adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- b) Não permitir a prática de trabalho análogo ao escravo ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;
- c) Não empregar menores de 18 anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesesseis anos para qualquer trabalho, com exceção à categoria de menor aprendiz;
- d) Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como implementar esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores;
- e) Respeitar o direito de formar ou associar-se a sindicatos, bem como negociar coletivamente, assegurando que não haja represálias;
- f) Desenvolver suas atividades respeitando a legislação fiscal, previdenciária e social, bem como os demais dispositivos legais relacionados à proteção dos direitos humanos, abstendo-se de impor aos colaboradores condições ultrajantes, sub-humanas ou degradantes de trabalho.

4.5 Requisitos Legais

- a) Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Norma Regulamentadora N.º 01 - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;
- c) Norma Regulamentadora N.º 15 - Atividades e Operações Insalubres;
- d) Norma Regulamentadora N.º 16 - Atividades e Operações Perigosas; e
- e) Decreto N.º 3.048 de 6 de maio de 1999 - Aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências.

4.6 Critérios de Sustentabilidade

4.6.1 Compete à CONTRATADA, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental, em especial quanto a:

- a) Proteger e preservar o meio ambiente, bem como buscar prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas federal, estadual e municipal e implementando ainda esforços nesse sentido junto aos respectivos fornecedores;
- b) Promover cursos de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de riscos aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará os serviços;
- c) Administrar situações emergenciais de acidentes, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- d) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores;
- e) Utilizar equipamentos e materiais de intercomunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental possível para realização dos serviços;
- f) Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- g) Providenciar o adequado recolhimento das pilhas, baterias e outros originários da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada;
- h) Responsabilizar-se administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pela prestação de seus serviços ao meio ambiente;
- i) Contribuir para a promoção do desenvolvimento regional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 O resultado pretendido consiste na Elaboração de Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP por **estabelecimento** da CONTRATANTE atendendo a todos os órgãos supracitados em 1.1 do presente termo;

5.2 Objetivo do serviço

5.2.1 A CONTRATADA deve elaborar os Laudos Técnicos das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT e Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP das unidades da CONTRATANTE, em atendimento à Lei Nº 8.213 de 24 de julho de 1991 e Normas Regulamentadoras Nº 15 e 16 do Ministério do Trabalho e Previdência, respectivamente, e demais legislações vigentes;

5.3 Abrangência

5.3.1 Os serviços do escopo dos LTCAT e dos LTIP devem abranger todas as unidades da CONTRATANTE, supracitadas no subitem 1.1 deste Termo;

5.3.2 As ações do LTCAT e do LTIP contemplam os seguintes serviços:

- a) Descrição e análise detalhada de cada atividade exercida, do ambiente de trabalho e das máquinas e equipamentos utilizados pela CONTRATANTE;
- b) Identificação dos riscos ocupacionais e seus agentes nocivos;
- c) Medições dos agentes nocivos identificados, com equipamentos homologados e devidamente calibrados, bem como análises laboratoriais;
- d) Qualificação da Insalubridade e/ou Periculosidade (se houver), respectivo percentual de pagamento e enquadramento com relação à aposentadoria especial (INSS).

5.3.3 A elaboração dos LTCAT e dos LTIP dar-se-á mediante cronograma fornecido pela CONTRATANTE por meio do SESMT (Serviços Especializados em Engenharia e em Medicina do Trabalho) e aprovado pela CONTRATADA;

5.4 Conteúdo básico e forma de elaboração dos LTCAT

5.4.1 Na análise do Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT, deverá constar os seguintes elementos informativos básicos constitutivos:

I- se individual ou coletivo;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

II - identificação da empresa;

III - identificação do setor e da função;

IV - descrição da atividade;

V - identificação de agente nocivo capaz de causar dano à saúde e integridade física, arrolado na Legislação Previdenciária;

VI - localização das possíveis fontes geradoras;

VII - via e periodicidade de exposição ao agente nocivo;

VIII - metodologia e procedimentos de avaliação do agente nocivo;

IX - descrição das medidas de controle existentes;

X - conclusão do LTCAT;

XI - assinatura e identificação do médico do trabalho ou engenheiro de segurança; e

XII - data da realização da avaliação ambiental.

5.4.2 O LTCAT deverá ser assinado por Engenheiro de Segurança do Trabalho, com o respectivo número da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou por Médico do Trabalho junto ao Conselho Regional de Medicina - CRM, indicando os registros profissionais para ambos;

5.4.3 A CONTRATADA deve encaminhar para análise e aprovação do SESMT da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo a versão digital preliminar dos LTCAT e seus anexos à medida que forem sendo realizados, em até 90 (noventa) dias a contar da data de assinatura do contrato, iniciando pela Secretaria Municipal de Saúde, na seguinte ordem: Hospital Municipal Raul Sertão, Hospital Maternidade e Postos de Saúde; Secretaria Municipal de Educação (escolas e creches) e demais secretarias sucessivamente;

5.4.4 A CONTRATADA deve encaminhar a versão final dos LTCAT, após aprovação da versão preliminar pelo SESMT da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, composto pelo relatório e seus anexos, em formato A4, encadernado e assinado pelo responsável técnico (Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho), bem como encaminhar uma cópia completa em meio digital, em formato "pdf";

5.4.5 A via digital deve estar assinada eletronicamente pelo Responsável Técnico;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

5.4.6 Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de riscos (químicos, físicos, e biológicos), necessariamente descrevendo a metodologia de ação e critérios técnicos adotados e a instrumentação utilizada, identificados nos ambientes de trabalho, bem como o tempo de exposição ao risco identificado;

5.4.7 Informar se a atividade gera aposentadoria especial conforme legislação do INSS;

5.4.8 Conclusão

5.4.9 Bibliografia consultada, adotando o padrão estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT;

5.4.10 Nome e identificação profissional do responsável pela elaboração do laudo, informando CPF, PIS/PASEP e o número de registro no respectivo conselho;

5.5 Conteúdo básico e forma de elaboração dos LTIP

5.5.1 Os laudos de insalubridade e de periculosidade são elaborados com base na Norma Regulamentadora Nº 15 - Atividade e Operações Insalubres e Norma Regulamentadora Nº 16 - Atividades de Operações Perigosas, respectivamente, do Ministério do Trabalho e Previdência;

5.5.2 Os LTIP deverão ser assinados por Engenheiro de Segurança do Trabalho, com o respectivo número da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA ou por Médico do Trabalho junto ao Conselho Regional de Medicina - CRM, indicando os registros profissionais para ambos em atendimento ao artigo 195 da Consolidação das Leis do Trabalho;

5.5.3 Na análise dos Laudos Técnicos de Insalubridade e Periculosidade - LTIP, deverá constar, no mínimo, os seguintes itens:

- a) introdução, objetivos do trabalho e justificativa;
- b) avaliação dos riscos;
- c) descrição da metodologia e critério de avaliação, incluindo locais, datas e horários das medições;
- d) especificação, identificação dos aparelhos de medição utilizados e respectivos certificados de calibração;
- e) avaliação dos resultados;
- f) descrição e avaliação de medidas de controle eventualmente já adotadas; e
- g) conclusão com a indicação de caracterização ou não de insalubridade.

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

5.5.4 A CONTRATADA deve encaminhar para análise e aprovação do SESMT da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo a versão digital preliminar dos LTIP e seus anexos à medida que forem sendo realizados, em até 90 (noventa) dias a contar da data de assinatura do contrato, iniciando pela Secretaria Municipal de Saúde, na seguinte ordem: Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade e Postos de Saúde; Secretaria Municipal de Educação (escolas e creches) e demais secretarias sucessivamente;

5.5.5 A CONTRATADA deve encaminhar a versão final dos LTIP, após aprovação da versão preliminar pelo SESMT da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, composto pelo relatório e seus anexos, em formato A4, encadernado e assinado pelo responsável técnico (Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho), bem como encaminhar uma cópia completa em meio digital, em formato “pdf”;

5.5.6 A via digital deve estar assinada eletronicamente pelo Responsável Técnico;

5.5.7 Análise qualitativa e quantitativa dos agentes de riscos (químicos, físicos, e biológicos), necessariamente descrevendo a metodologia de ação e critérios técnicos adotados e a instrumentação utilizada, identificados nos ambientes de trabalho, bem como o tempo de exposição ao risco identificado;

5.5.8 Informar se a atividade exercida assegura ao trabalhador a percepção de adicional, incidente sobre o salário mínimo da região, equivalente a:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

6.5.9 Informar se a atividade exercida assegura ao trabalhador a percepção de adicional de 30% (trinta por cento), incidente sobre o salário, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participação nos lucros da empresa;

5.5.10 Conclusão

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

5.5.11 Bibliografia consultada, adotando o padrão estabelecido pela Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT;

5.5.12 Nome e identificação profissional responsável pela elaboração dos laudos, informando CPF, PIS/PASEP e o número de registro no respectivo conselho;

5.6 Especificação de procedimentos para avaliações ambientais quantitativas;

5.6.1 Ruído:

5.6.1.1 Realizar as medições de ruído em toda a jornada de trabalho de modo individual para cada trabalhador ou por Grupo Similar de Exposição (GSE) em que a avaliação qualitativa identificar a existência deste risco. Os valores dos níveis de pressão sonora a que estão expostos os trabalhadores serão aferidos por meio de dosímetro de ruído de acordo com critérios de avaliação ocupacional ao ruído estabelecidos pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO;

5.6.1.2 Para fins de caracterização de insalubridade, especificamente no caso de ruído, deverá também ser adotado como incremento de duplicação de dose ($q=5$), consequentemente com os limites de tolerância estabelecidos pela Norma Regulamentadora Nº 15;

5.6.1.3 Os níveis de ruído contínuo ou intermitente devem ser medidos em decibéis (dB) com instrumento de nível de pressão sonora operando no circuito de compensação "A" e circuito de resposta lenta (SLOW). As leituras devem ser feitas próximas ao ouvido do trabalhador;

5.6.2 Calor:

5.6.2.1 As exposições ocupacionais ao calor em ambientes fechados ou ambientes com fonte artificial de calor devem ser avaliadas em conformidade com o Anexo Nº 3 da Norma Regulamentadora Nº 15 e com o Decreto 3.048/99 - Anexo IV (Classificação dos Agentes Nocivos), respectivamente, para fins de caracterização de insalubridade e aposentadoria especial;

5.6.2.2 As atividades ocupacionais realizadas a céu aberto sem fonte artificial de calor não serão avaliadas para fins de caracterização de insalubridade de acordo com o Anexo Nº 3 da Norma Regulamentadora Nº 15;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

5.6.2.3 As avaliações quantitativas de calor realizadas em ambientes fechados ou ambientes com fonte artificial de calor e realizadas a céu aberto sem fonte artificial calor, para determinação de insalubridade e para objetivos previdenciários, deverão ser realizadas com base na metodologia e procedimentos descritos na Norma de Higiene Ocupacional NHO 06 (2ª edição - 2017) da Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO nos seguintes aspectos:

- a) Determinação de sobrecarga térmica por meio do índice IBUTG - Índice de Bulbo Úmido Termômetro de Globo;
- b) Equipamentos de medição e formas de montagem, posicionamento e procedimentos de uso dos mesmos nos locais avaliados;
- c) Procedimentos quanto à conduta do avaliador; e
- d) Medições e cálculos.

5.6.3 Poeiras minerais:

5.6.3.1 As avaliações das poeiras minerais devem determinar a natureza, tamanho e concentração das partículas, estendendo-se a verificação da presença de Sílica Livre Cristalizada (Quartzo) objeto das prescrições dispostas no Anexo Nº 12 da Norma Regulamentadora Nº 15 e Decreto 3.048/99 - Anexo IV (Classificação dos Agentes Nocivos), observados os requisitos a seguir:

- a) Critério de medição por meio de aspiração contínua;
- b) Emprego de bomba de amostragem pessoal, que propicie a verificação com um número de amostras suficientes que possam cobrir toda a jornada de trabalho;
- c) Registros dos dados utilizados para os cálculos da concentração da poeira respirável, necessariamente contendo as características da bomba de amostragem, a vazão empregada, a quantidade de poeira coletada, o volume total e o percentual da sílica livre cristalizada (quartzo) encontrada, compondo os resultados da avaliação. Necessariamente, os dados sobre a metodologia empregada devem constar nos registros da análise;
- d) Certificados de calibração da bomba de amostragem e referido calibrador.

5.6.4 Agentes químicos:

5.6.4.1 As exposições a produtos químicos devem ser avaliadas em conformidade com os Anexos 11, 13 e 13A da Norma Regulamentadora Nº 15, do Ministério do Trabalho e Previdência e Decreto 3.048/99 - Anexo IV (Classificação dos Agentes Nocivos), abrangendo todas as substâncias empregadas nas rotinas operacionais, evidenciando ainda os aspectos a seguir:

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

- a) Em avaliações qualitativas do emprego de produtos químicos, os resultados da análise devem contemplar as fontes de contaminação, as matérias-primas manipuladas na rotina de operação e dados dos boletins ou fichas técnicas de identificação química dos produtos;
- b) Nas avaliações quantitativas procedidas através de análises de amostragem direta e leitura instantânea, devem ser realizadas pelo menos, 10 (dez) amostragens intervaladas de no mínimo 20 (vinte) minutos, coletadas na zona respiratória do trabalhador, sendo que os dados das amostragens devem incorporar-se aos resultados da análise em tabelas com a respectiva média das concentrações e o tempo de exposição despendido em todas as fases de exposição ao agente químico analisado durante a jornada de trabalho. Necessariamente, os dados sobre a metodologia e o tipo de instrumental utilizado também devem constar nos registros da análise;
- c) nas amostragens contínuas e de leitura indireta os registros dos exames laboratoriais devem compor os resultados da análise;
- d) As avaliações quantitativas que apresentarem resultados 100% acima do limite de tolerância deverão ser refeitas com acompanhamento do técnico responsável pelo laudo durante o tempo de duração da medição, sendo escolhido outro empregado para servir de apoio ao monitoramento;
- e) Verificar o tempo de exposição diário dos empregados aos riscos, bem como a quantidade de produto manuseado.

5.6.4.2 Cada local ou unidade avaliada terá sua conclusão independente dos demais, sendo elaborado também para cada cargo, registrando suas especificidades e características;

5.6.5 Radiações ionizantes:

5.6.5.1 A avaliação de radiação ionizante deverá conter o Laudo de Dosimetria, emitido por órgão devidamente qualificado;

5.6.5.2 Nas atividades ou operações onde trabalhadores possam ser expostos a radiações ionizantes, os **limites de tolerância** são os constantes da Norma CNEN-NN-3.01: "Diretrizes Básicas de Proteção Radiológica", de março de 2014, aprovada pela Resolução CNEN n.º 164/2014, ou aquela que venha a substituí-la, de acordo com a Norma Regulamentadora N° 15;

5.6.5.3 Ficará caracterizada a aposentadoria especial, caso fique comprovado que o servidor labora, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, em uma ou mais atividades, exposto a este agente, listadas no Decreto 3.048/99 - Anexo IV (Classificação dos Agentes Nocivos);

5.6.6 Vibração:

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

5.6.6.1 A CONTRATADA deve realizar avaliação preliminar da exposição às VMB e VCI, considerando os seguintes aspectos:

- a) ambientes de trabalho, processos, operações e condições de exposição;
- b) características das máquinas, veículos, ferramentas ou equipamentos de trabalho;
- c) informações fornecidas por fabricantes sobre os níveis de vibração gerados por ferramentas, veículos, máquinas ou equipamentos envolvidos na exposição, quando disponíveis;
- d) condições de uso e estado de conservação de veículos, máquinas, equipamentos e ferramentas, incluindo componentes ou dispositivos de isolamento e amortecimento que interfiram na exposição de operadores ou condutores;
- e) características da superfície de circulação, cargas transportadas e velocidades de operação, no caso de VCI;
- f) estimativa de tempo efetivo de exposição diária;
- g) constatação de condições específicas de trabalho que possam contribuir para o agravamento dos efeitos decorrentes da exposição;
- h) esforços físicos e aspectos posturais;
- i) dados de exposição ocupacional existentes; e
- j) informações ou registros relacionados a queixas e antecedentes médicos relacionados aos trabalhadores expostos.

5.6.6.2 Caracteriza-se a condição insalubre caso seja superado o limite de exposição ocupacional diária a VMB correspondente a um valor de aceleração resultante de exposição normalizada (a_{ren}) de 5 m/s^2 ;

5.6.6.3 Caracteriza-se a condição insalubre caso sejam superados quaisquer dos limites de exposição ocupacional diária a VCI:

- a) valor da aceleração resultante de exposição normalizada (a_{ren}) de $1,1 \text{ m/s}^2$;
- b) valor da dose de vibração resultante (VDVR) de $21,0 \text{ m/s}^{1,75}$.

5.6.6.4 Os procedimentos de avaliação quantitativa para VCI e VMB, a serem adotados no âmbito deste anexo, são aqueles estabelecidos nas Normas de Higiene Ocupacional – NHO, publicadas pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - FUNDACENTRO;

5.6.6.5 A avaliação quantitativa deve ser representativa da exposição, abrangendo aspectos organizacionais e ambientais que envolvam o trabalhador no exercício de suas funções;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

5.6.6.6 Ficará caracterizada a aposentadoria especial, caso fique comprovado que o servidor labora, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, em uma ou mais atividades, exposto a este agente, listadas no Decreto 3.048/99 - Anexo IV (Classificação dos Agentes Nocivos);

5.6.7 Umidade:

5.6.7.1 As atividades ou operações executadas em locais alagados ou encharcados, com umidade excessiva, capazes de produzir danos à saúde dos trabalhadores, serão consideradas insalubres em decorrência de laudo de inspeção realizada no local de trabalho, de acordo com o Anexo Nº 10 da Norma Regulamentadora Nº 15;

5.6.8 Agentes biológicos

5.6.8.1 A caracterização da insalubridade será determinada por avaliação qualitativa, onde fique comprovado que o servidor labora, em contato permanente, com uma ou mais atividades listadas no Anexo 14 da NR-15;

5.6.8.2 Ficará caracterizada a aposentadoria especial, caso fique comprovado que o servidor labora, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, em uma ou mais atividades, exposto a este agente, listadas no Decreto 3.048/99 - Anexo IV (Classificação dos Agentes Nocivos).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas combinadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

6.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

6.3.1 O(s) fiscal(is) do contrato anotar(ão) em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, determinando o que for necessário para a regularização das faltas observadas e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

6.3.2 O(s) fiscal(is) do contrato informará(ão) a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;

6.3.3 O(s) fiscal(is) designado(s) pela Contratante deverá(ão) ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;

6.3.4 O(s) fiscal(is) do contrato será(ão) auxiliado(s) pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da CONTRATANTE, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo(s) com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual; (Art. 117, § 3º, 14.133)

6.4 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

6.5 A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão;

6.6 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF;

6.7 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da CONTRATANTE, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração;

6.8 Para o acompanhamento, gestão e fiscalização da execução do presente contrato, serão designados em momento posterior, antes da execução do objeto, agentes públicos gestor/gestor substituto e fiscal/ fiscal substituto.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001;**

7.2 Da liquidação da despesa:

7.2.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 2.493, de 07 de novembro de 2023.

(https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html);

7.2.2 Deverá ser observado no momento da emissão do Documento Fiscal e na liquidação da despesa os dispositivos do Decreto Municipal nº 2.480/2023, o qual dispõe sobre a arrecadação do Imposto de Renda incidente na fonte de que trata o art. 157, inciso I, da Constituição Federal, nos pagamentos a pessoas jurídicas efetuados por órgãos, Fundos e Fundação instituída e mantida pelo Município, observando ainda as regras aplicáveis ao Imposto de Renda incidente na fonte estabelecidas pelo art. 64 da Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

(https://pmnf.rj.gov.br/paginas-centralizadas/9_64_Legislacoes.html).

7.3 Do pagamento da despesa:

7.3.1 O pagamento será efetuado conforme estabelecido no Decreto Municipal nº 2.493, de 07 de novembro de 2023, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente à Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

7.3.2 A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

7.3.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação;

7.3.4 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação;

7.4 O pagamento ocorrerá na medida em que forem sendo produzidos os documentos e realizados os exames e, tanto os documentos quanto os comprovantes de realização dos exames, devem ser encaminhados ao SESMT para a aprovação. O prazo para o recebimento dos serviços realizados pela CONTRATADA ocorrerá trimestralmente. Mediante os serviços prestados, serão gerados Nota Fiscal para o recebimento dos pagamentos;

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO PRESTADOR DE SERVIÇO

8.1 A empresa prestadora de serviço será selecionada por meio da realização de procedimento licitatório, com atenção especial ao fundamento na hipótese do artigo 11, incisos I, II, III e IV da Lei nº 14.133/2021 e outros itens pertinentes a esta lei.

8.2 Na fase de habilitação da empresa, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

8.2.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário;

8.3 Caso conste na Consulta de Situação da empresa a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas;

8.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

8.5 A empresa prestadora de serviço será convocada para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação;

8.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação da será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos;

8.7 É dever do prestador de serviço manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada;

8.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

8.9 Se o prestador de serviço for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

8.10 Serão aceitos registros de CNPJ de prestador de serviço matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições;

8.11 Para fins de contratação, deverá o prestador de serviço comprovar os seguintes requisitos de habilitação;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

8.12 Habilitação Jurídica:

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- l) Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

J) Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009;

k) Ato de autorização para o exercício da atividade de Segurança e Medicina do Trabalho expedido por órgão competente;

8.12.1 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.12.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o prestador de serviço seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital], relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n.º 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

8.12.4 Qualificação técnica.

8.12.4.1 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional, em plena validade;

8.12.4.2 A empresa deverá ser especializada em serviços de Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente inscrita nos respectivos Conselhos e serão atribuições da empresa os encargos relativos às anotações e registros de responsabilidade técnica dos serviços prestados, junto aos respectivos órgãos de classes;

8.12.4.3 Comprovação de aptidão para a prestação de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso;

8.12.4.4 A empresa deverá comprovar Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA nos encargos de Engenharia de Segurança ou os devidos registros no CRM, no tocante às atividades de Medicina do Trabalho;

8.12.4.5 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do prestador de serviço;

8.12.4.6 Declaração da licitante informando que o profissional de nível superior indicado como responsável técnico é contratado pela empresa (como empregado ou prestador de serviços);

8.12.4.7 Pelo menos um atestado fornecido por pessoa jurídica pública ou privado, comprovando que o profissional de nível superior indicado como responsável técnico pela licitante, prestou ou presta serviços compatíveis com objeto licitado.

8.12.4.8 A CONTRATADA disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela CONTRATANTE, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 1) ata de fundação;
 - 2) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 3) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 4) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 5) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - 6) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
 - 7) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.
- 8.13 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública.
- 8.14 As empresas em recuperação judicial poderão participar do certame desde que, demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do Plano de Recuperação Judicial (art.58 da Lei 11.101/2005).
- 8.15 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

8.16 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

8.17 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1 Das obrigações da CONTRATANTE

9.1 Das Obrigações da CONTRATANTE

9.1.1 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as condições preestabelecidas;

9.1.2 Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pela CONTRATADA fora das especificações do contrato;

9.1.3 A CONTRATANTE poderá, a qualquer momento e mediante fundamentação técnica, demandar correções ou ajustes no cronograma de planejamento das atividades da CONTRATADA;

9.1.4 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14.133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

9.1.4.1 Observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

9.1.4.2 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

9.1.4.3 Efetuar o pagamento da CONTRATADA de acordo com a forma de pagamento estipulada na licitação e no Contrato;

9.1.4.4 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

9.1.4.5 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei nº14.133/21, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

9.2 Das Obrigações da CONTRATADA

9.2.1 Atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato ou Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

9.2.3 Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

9.2.4 Manter representante em consonância com a Administração da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, para representá-la na execução do contrato;

9.2.4.1 Fornecer à CONTRATANTE o número de telefone do representante, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência e providências que devam ser cumpridas de imediato;

9.2.5 Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;

9.2.5.1 As comunicações entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

9.2.5.2 Manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a CONTRATANTE por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente a CONTRATANTE em caso de alteração;

9.2.6 Dispor de um responsável para supervisão do serviço. Este profissional deverá ter a competência mínima de acordo com o respectivo conselho profissional. Esta exigência se adequa à necessidade da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, pela importância e conhecimento especializado que este tipo de profissional possui, como responsável técnico;

9.2.7 A CONTRATADA indicará no ato da assinatura do contrato o(s) responsável(is) técnico(s) que realizará(ão) os serviços. A equipe deverá conter no mínimo:

- 01 (um) Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho e uma quantidade de demais profissionais da área de segurança e/ou medicina do trabalho que seja suficiente para a realização dos serviços dentro dos prazos estipulados neste termo de referência.

9.2.7.1 Cabe lembrar que todos os profissionais supracitados, obrigatoriamente, deverão ser devidamente registrados nos seus respectivos conselhos de classe. Os profissionais acima relacionados em caso de férias e licença médica deverão ser substituídos por profissionais com as mesmas qualificações técnicas;

9.2.8 Atender de imediato às solicitações do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT da Prefeitura de Nova Friburgo quanto às substituições da mão-de-obra quando a mesma for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

9.2.9 Fornecer aos seus empregados uniformes, calçados, crachás de identificação e equipamentos de proteção individual (EPI), obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

9.2.10 Apresentar no mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e respectiva Certidão de Acervo Técnico, em nome da empresa, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características, quantidades e prazos compatíveis com as do objeto do termo de referência, devidamente registrados na entidade profissional competente;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

9.2.10.1 Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque, data de início e término dos serviços, locais de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro no respectivo conselho de classe, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executado;

9.2.11 Fornecer à Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão os nomes dos funcionários autorizados a manter contato com o Serviços Especializados em Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT da prefeitura;

9.2.12 Responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

9.2.12.1 A inadimplência da CONTRATADA em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.2.13 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão;

9.2.14 Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

9.2.14.1 O acompanhamento, a gestão e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da CONTRATANTE, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à CONTRATANTE;

9.2.15 Manter, durante a vigência do contrato ou do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

9.2.16 Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

9.2.17 Cabe à CONTRATADA assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolvam transporte e montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado, protegendo-se especialmente os materiais de acabamento existentes na edificação (pisos e paredes);

9.2.17.1 A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119);

9.2.18 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e tipificações determinadas pela legislação em vigor;

9.2.19 A CONTRATANTE não aceitará, em nenhuma hipótese, alegações da CONTRATADA referentes a desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou interpretação equivocada de qualquer detalhe especificado, cabendo à CONTRATADA arcar com todo e quaisquer ônus daí decorrente.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 14.133/21;

10.1.1 Comete infração administrativa a CONTRATADA que:

10.1.1.1 Dar causa à inexecução parcial do contrato;

10.1.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

10.1.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

10.1.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.1.7 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

10.1.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

10.1.1.9 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

10.1.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

10.1.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

10.3 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:

10.3.1 Advertência;

10.3.2 Multa;

10.3.3 Impedimento de licitar e contratar;

10.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.4 Compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

10.5 Compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta;

10.6 Moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

10.7 Moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

10.8 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 3 (três) anos;

10.9 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

10.10 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

10.11 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis;

10.12 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 14.133/21.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1 A estimativa do valor para fins de procedimento licitatório será verificada no momento da efetivação da cotação de preços a ser executada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, na forma do Decreto Municipal nº 2007 de 16 de fevereiro de 2023;

11.2 As estimativas do valor da contratação basearam-se em pesquisa de empresas do ramo, por meio do sítio eletrônico oficial do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), criado pela Lei n.º 14.133/21. Foram encontrados alguns serviços similares em várias instituições que estão destacados a seguir:

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

11.2.1 Câmara Municipal de Baixo Guandu - Edital Nº 001/2023. Elaboração do Laudo Técnico das Condições do Ambiente do Trabalho - LTCAT, para controle da insalubridade/periculosidade através de levantamento dos riscos ambientais e no local de trabalho (Item 4); Segue o link: <https://pncp.gov.br/app/editais/31796832000190/2023/1>;

11.2.2 Câmara de Vereadores de Salto do Jacuí - Ato de Contratação Direta nº 119/2022. Contratação de Empresa para confeccionar Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT e Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP. Segue o link: <https://pncp.gov.br/app/editais/11124654000143/2022/8>;

11.3.3 Município de Rubiataba - Ato de Contratação Direta nº (14602) | 226-0/2022. Contratação de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT - NR-04); Elaboração de Programas de Riscos e de Saúde Ocupacional tais como: PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (NR-07), PGR - Programa de Gerenciamento de Riscos (NR-01), LTCAT - Laudo Técnico de Condições Ambientais (NR-15 e NR-16) contemplando Laudo de Periculosidade, Insalubridade e Aposentadorias Especial dos servidores do Município de Rubiataba/GO (Item 3); Segue o link: <https://pncp.gov.br/app/editais/02382836000123/2022/64>;

11.3.4 Município de Guaçuí - Aviso de Contratação Direta nº 001/2023. Contratação de empresa especializada no ramo de segurança e medicina do trabalho (Itens 3 e 4); <https://pncp.gov.br/app/editais/27174135000120/2023/1>.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, na forma abaixo:

Órgão/Unidade Orçamentária	Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Natureza da Despesa
Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão	07001.0412200052.024	170500000020	33.90.39-00

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços;

13.2 Termo de referência elaborado pelo setor do SESMT, da Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão.

Nova Friburgo/RJ, ____ de ____ de 20__.

GESTOR:	APOIO TÉCNICO:
<hr/> Carlos Anderson Cordeiro da Silva Matr.: 115.353	<hr/> Verone Bazílio Barros Matr.: 115.361

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei N.º 14.133 de 1 de abril de 2021, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Rodrigo França Silva

Secretário Municipal de Finanças,

Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão

Matr.: 063.189

Apêndice
RELAÇÃO DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
PMNF - 2023

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

- Administração Fundo Municipal de Saúde; Administração da Secretaria de Saúde; Admissão Alto Risco; Almoxarifado/Farmácia; Almoxarifado Central; Arquivo; Banco de Leite; Saúde Coletiva - Fonte Ordinária; Saúde Coletiva - Fontes SUS; Saúde Mental; Coordenação Odontológica - Fonte Ordinária; Coordenação Odontológica - Fonte SUS; Hospital Municipal Raul Sertão/Setores (Almoxarifado, Ambulatório, Assistência Ventilatória, Cardiologia, CCIH, Central de Ambulância, Central de Internação, Central de Remoção, Central de Regulação/TFD/Contr. Aval.; Central Telefônica, Centro Cirúrgico, Chefia de Enfermagem, Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, CPD, CTI, CTU, CTU Médicos, Administração CTU, Departamento Pessoal, Direção, Segurança do Paciente, Segurança do Trabalho, Farmácia, à, Fisioterapia, Hemocentro, Higienização, Isolamento, Laboratório, Lavanderia, Manutenção, Neurocirurgia, NHV, NIR/SISREG, Nutrição, Ortopedia, Ouvidoria, Patologia, Pediatria, Psicologia/Psiquiatria, Psiquiatria, Raio X, Recepção, Serviço Social, Supervisão de Enfermagem, Unidade Coronariana, CME, Fonoaudiologia, Maqueiros, Técnicos de Imobilização, Patrimônio, CAT); Hospital Maternidade Dr. Mario Dutra de Castro/Setores (Almoxarifado, Farmácia, Arquivo, Banco de Leite, Central de Ambulância, Central de Internação, Central Telefônica, Centro Cirúrgico / CME, Chefias, Departamento Pessoal, enfermagem, Departamento Pessoal,

HMMDC - CCIH, Laboratório, Lavanderia, Limpeza, Manutenção- Maqueiros, Médicos, Neonatal, Nutrição, Pré Natal, Pré Parto, Puerpério, Recepção, Serviço Social, Ultrassonografia); UBS Amparo; UBS Campo do Coelho; UBS Mury; UBS Nova Suíça; UBS Riograndina; UBS São Lourenço; UBS Stuck; UBS Cordoeira - Fonte Ordinária; UBS Cordoeira - Fonte SUS; UBS Lumiar/Rio Bonito; UBS São Geraldo - Fonte Ordinária; UBS São Geraldo - Fonte SUS; UBS São Pedro; UBS Vargem Alta, CAISMCA - Fonte Ordinária, CAISMCA - Fonte SUS; Clínica Santa Lúcia/Setores (Administração, Cozinha, Postos de Enfermagem, Farmácia, Lavanderia, Vestiários/banheiros, Recepção, Almoxarifado, Depósito de ferramentas, Depósito de cloro, Reservatório de água); PSF - Conquista; PSF - Conselheiro; PSF - Cordoeira; PSF - São Geraldo; PSF - Varginha; POLICENTRO - Fonte Ordinária; POLICENTRO - Fonte SUS; POLINORTE - Fonte Ordinária; POLINORTE - Fonte SUS; SHB - DST/AIDS/HIV - Fonte SUS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

- CM CEFFA Flores de Nova Friburgo; CM CEFFA Rei Alberto I; CM de Educação e Saúde Padre Rafael; CM Odette Penha Muniz; CM Rui Barbosa; CM Umbelina Breder de Queiroz; CMEI Adriano Affonso Freitas; CMEI Alaene Pacheco Breder; CMEI Augusta Horn; CMEI Brasiliana da Rosa Teixeira; CMEI Cantinho Feliz; CMEI Carmen Rodrigues de Souza; CMEI Clementina Alves Martins; CMEI Dolores de Sa Schuenck; CMEI Edith Silva Santos; CMEI Elvira Almeida da Silveira; CMEI Franz Haug; CMEI Gilcely Barradas Canto; CMEI Iolanda da Silva; CMEI Iza Saipra Ranucci; CMEI Izabel Jovelina Monteiro; CMEI Jamille Contantino Klein; CMEI Jardimlândia; CMEI João Batista Faria; CMEI Julia Irene Gomes Andrade; CMEI Luz da Serra; CMEI Maria Altina Niederauer de O. Jorge; CMEI Maria Damasco Mouta; CMEI Maria Inês Andrade Bachini; CMEI Maria José Mafort; CMEI Maura Rosa Rodrigues; CMEI Menino Jesus; CMEI Nadir Cardoso; CMEI Otelina de Sá Martins de Almeida Condack; CMEI Padre Luiz Pecci; CMEI Padre Luiz Yabar; CMEI Princesa Isabel; CMEI Prof.^a Conceição Cortes Teixeira; CMEI Prof.^a Leda Tavares Moreira; CMEI Prof.^a Maria da Conceição Abicalil; CMEI Prof.^a Maria da Penha Monteiro Silva; CMEI Santa Terezinha; CMEI Sebastiana Rosa Carneiro de Mello;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

CMEI Solares; CMEI Vereador Adahil da Cruz; CMEI Prof.^a Maria da Penha Monteiro Silva; CMEI Vereador Irineu Mineiro; EEM Henrique Carlos Heckert (Conj 5); EEM Hermenegildo Gripp; EEM Honorio Tardin; EEM Prof.^o Alberto Meyer; EEMEE Neusa Goulart Brizola; EM Acyr Spitz; EM Alcides Francisco Brantes; EM Alipio da Silva Branco (Conj 5); EM Amancio Mario de Azevedo; EM Anna Barbosa Moreira; EM Batista; EM Bernardo Pacheco; EM Boa Esperança (Conj 3); EM Cecilia Meireles; EM Celcyo Folly (Conj. 5); EM Claudir Antônio de Lima; EM Cyprian Mendes da Veiga; EM Dante Laginestra; EM Decio Monteiro Soares; EM Dermeval Barbosa Moreira; EM Dinah Lantimant Bravo; EM Dr. Dante Magliano; EM Ernesto de Souza Cardinot (Conj. 6); EM Estação do Rio Grande; EM Flor do Ipê (Conj. 6); EM Florândia da Serra; EM Francisco Ouverney (Conj. 1); EM Francisco Silveira; EM Galdinopolis (Conj. 2); EM Helio Gonçalves Correa; EM Herminia da Silva Condack; EM Herminia dos Santos Silva; EM Herondino José da Rosa (Conj. 6); EM Izabel Gomes Siqueira; EM Jardel Hottz; EM João Vicente Valladares; EM Jornalista Américo Ventura Filho; EM José Alves de Macedo; EM José Eugênio Muller (Conj. 4); EM Juscelino Kubitschek de Oliveira; EM Lafayette Bravo Filho; EM Laper Lira Fagundes (Conj. 2); EM Luiz Fonseca (Conj. 7); EM Manoel José Nogueira Peixoto; EM Maximilian Falck; EM Miguel Raymundo de Moraes Bittencourt; EM Monsenhor José Antônio Teixeira; EM Nossa Senhora de Nazareth; EM Pastor Schlupp; EM Patricia Jonas Santana; EM Prof.^o Alair Campos Ouverney; EM Prof.^o Adezir Almeida Garcia; EM Prof.^a Helena Coutinho; EM Prof.^a Nair de Araujo Rodrigues; EM Prof.^o Ernesto Tessarolo; EM Prof.^o Messia Moraes Teixeira; EM Ruy Sanglard; EM Santa Paula Frassinetti; EM São José; EM São Judas Tadeu; EM São Pedro da Serra; EM Sítio dos Affonsos (Conj.7); EM Tiradentes; EM Vargem Alta; EM Vevey La Jolie; EM Victorino Bento de Toledo; EM Waldir Lopes de Carvalho; EATE Nossa Sra. de Fátima; Jardim de Infância Leticia Coutinho Soares; Jardim de Infância Bela Vista; Jardim de Infância Elisa Teixeira de Uzeda; SME - Capacitação; SME - Conselho Municipal de Educação; SME Colegiado.

**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO URBANO E
SUSTENTÁVEL**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E
TRABALHO**

- Conselho Tutelar; CAPS - Fonte Ordinária; CRAS; CRAS do Campo do Coelho;
CREAS; S.Assist. Social - CLT/VAR; Serviço Social; Casa de Passagem.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E
EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE E SUPERIOR**

- Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Galpão do Trabalhador/Restaurante; Zeladoria; Cemitério São João Batista;
Cemitério Trilha do Céu; Cemitério Rio Grandina; Cemitério São Pedro da Serra;
Cemitério Campo do Coelho.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E GESTÃO**

- Subsecretaria de Recursos Humanos; Segurança e Medicina do Trabalho;
Subsecretaria de Finanças, Receita e Despesa e Subsecretaria de Registros
Contábeis.

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO

- Subsecretaria de Comunicação Social.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA

- Subsecretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- Subsecretaria de Manutenção de Veículos Leves e Pesados; Oficina; Arquivo Central.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CASA CIVIL - EGCP

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

- Sede Administrativa; Usina de Asfalto.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM E MOBILIDADE URBANA

- Guarda Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MARKETING DA CIDADE

- Galpão de eventos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

- Biblioteca.

FUNDAÇÃO D. JOÃO VI; ARQUIVO PRÓ-MEMÓRIA

CONTROLADORIA GERAL

PROCURADORIA GERAL

SUBPREFEITURA DE CAMPO DO COELHO

SUBPREFEITURA DE CONSELHEIRO PAULINO

SUBPREFEITURA DE LUMIAR E SÃO PEDRO DA SERRA

SUBPREFEITURA DE OLARIA E CÔNEGO

- **UBS** - Unidade Básica de Saúde;
- **CM** - Colégio Municipal;
- **CAISMCA** - Centro de Atendimento Integral à Saúde da Mulher, Criança e Adolescente;
- **CAPS** - Centro de Atenção Psicossocial;
- **CMEI** - Centro Municipal de Educação Infantil;

Anexo IV

PROCESSO Nº: _____
DATA: ____/____/____
RUBRICA: _____ FOLHA: _____

- **CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social;
- **CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
- **ECM** - Escola Municipal Municipalizada;
- **EEM** - Escola Estadual Municipalizada.